



Número: **0820173-61.2018.8.20.5106**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Primeira Câmara Cível**

Órgão julgador: **Gab. Des. Expedito Ferreira na Câmara Cível**

Última distribuição : **09/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **0820173-61.2018.8.20.5106**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (APELANTE)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
ADEMAR PAULO CABRAL (APELADO)		CAIO CESAR ALBUQUERQUE DE PAIVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
66635 27	02/07/2020 16:42	<a href="#">Contrarrazões</a>	Contrarrazões

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA 6ª VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

**Processo nº. 0820173-61.2018.8.20.5106**

**ADEMAR PAULO CABRAL**, já qualificado(a) nos presentes autos que move contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, em trâmite perante este M.M. Juízo, vem, por seus advogados que esta subscrevem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO**, interposto pela Seguradora Ré, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

Nesses termos, Pede e Espera deferimento.

Mossoró/RN, 02 de julho de 2020.

**Caio César Albuquerque de Paiva**

OAB/RN nº 10.407

**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,  
COLENDIA CÂMARA CÍVEL,  
EMÉRITOS JULGADORES.**



A sentença proferida no Juízo *a quo* deve ser mantida, pois a matéria foi examinada em sintonia com as provas constantes dos autos e fundamentada com as normas legais aplicáveis, inadmitindo, data máxima vênia, qualquer espécie de modificação, sob pena de atentar contra o melhor Direito.

A sentença prolatada pelo douto togado monocrático nos autos da ação, julgou parcialmente procedente o pleito exordial.

Inconformada, a Apelante sustentou que a sentença merece reforma, haja vista não concordar com o valor dos honorários advocatícios.

Apesar do visível esforço despendido na peça recursal, o apelante não logrou êxito em descaracterizar os argumentos trazidos na inicial, que, diga-se de passagem, foram confirmados na sentença, resultando no julgamento da demanda com total procedência dos pedidos.

#### **DA NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.**

-

A recorrente alega que a sentença fixou honorários advocatícios em desacordo com CPC. A argumentação da Ré não se justifica e está a ferir o direito do(a) Requerente.

A aplicação dos percentuais estabelecidos no art. 85, § 2º do CPC, ensejaria valores irrisórios, desse modo, os honorários foram arbitrados corretamente e com base no artigo 85 § 8º do CPC, que aplicou o método de apreciação equitativa a causas com valor irrisório, levando em consideração os critérios de grau de zelo profissional, local da prestação do serviço, natureza e importância da causa, bem como o trabalho exigido, o princípio da razoabilidade e o respeito ao exercício da advocacia.

O parágrafo 8º do art. 85 assim dispõe:

*“§ 8º. Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.”*

Neste sentido a jurisprudência desta Corte de Justiça Estadual:



*CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. RECURSO DA SEGURADORA: LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA PARTICIPANTE DO CONSÓRCIO. NEXO CAUSAL ENTRE A INVALIDEZ E O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO DEVIDAMENTE CARACTERIZADO. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA INVALIDEZ EM DOIS SEGMENTOS EM VIRTUDE DO ACIDENTE. INDENIZAÇÃO A SER FIXADA DE ACORDO COM A PROPORCIONALIDADE DA INVALIDEZ. RESPREPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA Nº 1.246.432-RS, O QUAL FIRMOU POSIÇÃO PELA PROPORCIONALIDADE ENTRE O VALOR DA INDENIZAÇÃO E O GRAU DA INVALIDEZ SOFRIDA, INDEPENDENTEMENTE DA DATA DO SINISTRO. SÚMULA 474-STJ. VALOR CORRETAMENTE AFERIDO PELO JUIZ A QUO. RECURSO DO AUTOR: HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS IRRISÓRIOS. PROVEITO ECONÔMICO IRRISÓRIO. FIXAÇÃO EQUITATIVA DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. ART. 85, § 8º, DO CPC. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDO QUANTO AO APELO DO AUTOR E DESPROVIDO O INTERPOSTO PELA SEGURADORA. (TJRN. AC n.º 2017.020837-8, Rel. Des. Dilermando Mota, 1ª Câmara Cível, DJ: 28/02/2019)*

Nessa ordem de ideias, revela-se acertada a sentença de primeiro grau que condenou a Apelante.

#### **DOS PEDIDOS.**

-

Ante o exposto, requer a manutenção da sentença atacada e desprovisionamento do Recurso de Apelação.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Mossoró/RN, 02 de julho de 2020.

**CAIO CÉSAR ALBUQUERQUE DE PAIVA**

**OAB/RN 10.407**



